

Concepções e abordagens socioespaciais sobre o rural: alguns referenciais analíticos para a gestão de territórios

Concepts and socio-spatial approaches on rurality: an analytical framework for territorial management

Augusto C. Pinheiro da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: O espaço rural, na contemporaneidade dos séculos XX e XXI, vem sofrendo uma intensa re-significação socioespacial, que coloca em “xeque”, para algumas linhas da racionalidade acadêmica, a sua própria existência. A urbanização do mundo e a perda dos referenciais das bases tradicionais sobre as quais esse espaço foi estruturado vêm revelando, numa dinâmica de complexidade, as novas facetas espaciais das ruralidades. Estas, por sua vez, são apreendidas por agentes diversos de gestão territorial, que implementam, sem muita discussão, os seus projetos socioeconômicos e ambientais. Nesse sentido, a academia, a sociedade civil organizada e o Estado nacional precisam referendar a nova estrutura do Rural para poderem atuar, de maneira mais equânime nos territórios, fazendo valer lógicas menos excludentes e exclusivistas como as dominantes atualmente.

Palavras-chave: espaço rural, ruralidades, modernização, gestão do território..

Abstract: Throughout these contemporary times of the 20th and 21st century, rural space undergoes intensive social-spatial resignifications which for some academic schools of thought are even questioning its own existence. World-wide processes of urbanization and the increasing lack of references to traditional basic structures which have supported this type of space, have highlighted new spatial aspects of rurality being results of complex dynamics. These aspects, again, are adopted by various agents of spatial planning and development who implement their socio-economic and environmental projects usually with little further discussion. From this perspective, academics, the organized civil society and the Nation-state have to better investigate these new rural structures to be more adequately prepared for action in these territories and to especially implement less segregationist and exclusive logics than the actual ones.

Key words: rural space, rurality, modernization, territorial development.

Na atual fase de re-significação dos paradigmas da Ciência, em que a complexidade desregula as mais diferentes expressões da “Modernidade” no século XXI

(concretudes se tornam virtuais, estruturas socioculturais se pulverizam, organizações econômicas se supranacionalizam, ações políticas diversas têm efeitos e re-

tornos trans-escalares), uma nova arquitetura do conhecimento se espalha nos ambientes acadêmicos como um instrumental que deve servir, sobretudo, à reflexão efetiva sobre os caminhos trilhados, até agora, para a obtenção da equidade socioespacial desejada. Dessa compreensão cabe destacar o espaço rural brasileiro que, assim como outros referenciais espaciais do país, está submetido a dinâmicas diversas, principalmente desde o último quartel do século XX, que (re)direcionaram arranjos materiais, simbólicos e políticos ³/₄ nem sempre geradores de justiça social ³/₄ para espaços diversos no território nacional que, por sua vez, podem contribuir com os pesquisadores preocupados em entender as articulações entre as estruturas passadas que se espalham como rugosidades e as novas que se impõem como “possibilidades únicas” para a reversão da estagnação e do atraso.

A reflexão sobre tais dinâmicas engendra uma abordagem mais coerente e mais densa sobre os espaços rurais, nos quais a complexidade do mundo atual pode ser vista, sentida e vivenciada. É nesse contexto de complexidade, entre as contradições e densidades das diversas escalas, que a gestão dos territórios se concretiza e se delinea, e os novos agentes que emergem desses territórios precisam atentar para uma atuação coerente com os seus projetos socioespaciais.

Atualmente, os espaços geográficos se caracterizam, na conjuntura versada pelos teóricos da complexidade (MORIN, 1994), por composições estruturais muitas vezes distantes daquelas sobre as quais os estudos geográficos se empenharam, em meados do século XX. Dentre essas composições, o espaço rural se destaca neste estudo por ser uma das faces mais expressivas da transformação funcional de um espaço social secularizado por paisagens semelhantes, mundialmente. O que foi chamado de “modernização do campo” por inúmeros estudiosos, ao longo da segunda metade do século

XX, resultou em espaços rurais altamente complexos nos dias atuais, nem sempre na sua forma-aparência, mas, sem dúvida alguma, nas suas estruturas sociopolíticas, culturais e ambientais. No mundo tecnológico e/ou ocidentalizado vem sendo empreendido nesta categoria de espaço uma faceta cada vez menos tradicional frente aos parâmetros classificatórios vigentes. Autores como José Graziano da Silva (1996) e João Rua (2002, 2006) afirmam a maior dificuldade, atualmente, em delimitar o chamado espaço rural, pois este se imbricou de tal modo aos espaços urbanos que as suas históricas atividades produtivas e a forma de organização do trabalho lá desenvolvido, características de tais especificidades, se despessoalizaram. Para Rua (2002, p.45), o Rural, sob essa perspectiva,

será compreendido como um espaço incorporado/incorporador ao/do processo geral de urbanização; integrado ao urbano mas guardando algumas especificidades (...), que são ‘oferecidas’, ‘descobertas’, ‘exploradas’ como ‘atrações locais’ (...). Por outro lado, tem a sua participação intensificada em circuitos e redes sobre os quais não tem poder de decisão (circuitos de circulação, redes logísticas e informacionais). Novas atividades e funções do rural (...), além do importante papel de aposentadoria rural ou o trabalho a domicílio, por exemplo, marcam estas outras formas de integração rural-urbana com distinções cada vez mais difíceis de serem estabelecidas, entre essas duas espacialidades.

Os antigos conflitos campo/cidade vêm sendo sublevados por uma intensa urbanização no campo, assim como pelas feições rurais que muitos centros metropolitanos em sua fragmentação/articulação (CORRÊA, 1988) possuem. Essa situação impele o pesquisador a ter, tanto do rural como do urbano, um enfoque científico que vislumbre outras formas de compreensão desses cada vez menos

dicotomizados fragmentos territoriais que são, ao mesmo tempo, mais articulados e interdependentes.

Na verdade, a nova condição das cidades e do campo reflete uma turbulenta dinâmica tecnológica e social, em escala planetária, que vem exigindo, dos mais variados ramos da produção científica, estratégias e modelos de investigação voltados para uma efetiva inter-, multi- e transdisciplinaridade, questionamentos estes que vêm se consolidando no seio da Academia brasileira, principalmente no âmbito das Ciências Sociais, desde a obra “Por uma nova Geografia”, de Santos (1978). Cabe lembrar também que o tema da pluralidade na investigação dos objetos das Ciências foram bem focados em trabalhos mais recentes, como nos de Diegues (1996) e Moraes (1997), a partir do multifacetamento do conhecimento em torno das questões ambientais.

Portanto, a Geografia atual vem em busca de respostas que possam explicar as mais variadas expressões da realidade que o espaço geográfico admite enquanto o espaço do homem. Uma extensa gama de representações territoriais, políticas e econômicas expressa-se espacialmente numa pluralidade de processos sociais moldadores dos mais diversos ambientes humanos. Estes, por sua vez, refletem, segundo linhas de pensamento ideológico menos conservadoras, um patrimônio inalienável que a heterogeneidade cultural e tecnológica dos homens têm a oferecer.

A essa idéia contrapõe-se uma corrente ideológica bastante contundente na sociedade atual: a do projeto único e homogeneizador voltado para a superação de uma modernidade não atingida. A busca por um conceito de desenvolvimento socioespacial que supere as análises, muitas vezes parciais das ciências sociais, em torno desse conceito deverá ser um dos caminhos mais importantes para a identificação de outros raciocínios em torno de

uma “modernização” da sociedade global que relativize a sobre-importância dada ao crescimento econômico e ao planejamento autoritário. Nesse sentido, destacam-se, na Geografia, os trabalhos de Souza (1995, 1996, 1997, 2000, 2005).

O confronto entre essas duas formas de pensar e os diferentes caminhos pelos quais Estados, Empresas e Indivíduos devem passar para atingir os objetivos traçados por elas vêm criando tensões que ampliam a complexidade socioespacial expressa na atual sociedade. Uma nova etapa da lógica de acumulação capitalista encontra-se em andamento com a chamada globalização, sendo que desse processo emergem resistências que buscam romper com a idéia de *laissez-faire* difundido nas periferias industrializadas por setores de forte representatividade social (dentre eles destaca-se o ainda principal instrumento de regulação territorial, o Estado nacional) e por setores da sociedade civil organizada (atores sociais diversos), que repensam os processos de gestão implementados territorialmente.

Neste contexto, a Geografia, através de suas facetas e estratégias, deve voltar-se para o homem do século XXI (que deveria ser ‘o século do homem comum’), em busca de respostas às graves demandas sociais que se reproduzem no espaço e pelo espaço. Para tanto, essa ciência precisa ser capaz de assimilar, decodificar e valorizar as idiosincrasias de uma humanidade plural que se complexifica através das relações em redes, estabelecidas entre os diferentes grupos que se caracterizam, nos territórios, por padrões diferenciados de acesso aos recursos tecnológicos, econômico-produtivos e sociais materializados espacialmente.

Segundo García Ramón (1992), é no Rural que se encontram todas as variáveis de análise existentes na investigação dos espaços agrário e agrícola, não sendo mais possível, nos estudos geográficos, separá-los

para o entendimento do campo, apesar de algumas diferenciações em torno dos seus objetos de análise. Somado a isso, o dinamismo que caracteriza o pós-industrialismo ocidental vem diversificando as parcerias dos geógrafos, nos estudos do espaço rural e do seu planejamento, com antropólogos, sociólogos, ambientalistas, economistas regionais, urbanistas...., profissionais que passam a compor uma agenda de 'interesses comuns' com os 'cientistas espaciais' devido à pluralidade de feições, capacidades e necessidades do campo, na sociedade atual.

O espaço rural, portanto, modelado historicamente por intensas relações entre homens, empresas e instituições adquiriu novas funções e novos interesses e objetivos, complexificando o seu entendimento. Sua difícil definição e delimitação territorial configuram-no não mais somente por seus limites produtivos e funcionais, por suas significativas lutas políticas, seus expressivos conflitos sociais e suas cada vez mais difundidas e diversificadas práticas culturais, mas também pela força sócio-político-econômica e institucional dos seus variados agentes de gestão territorial, abrindo novos caminhos para a investigação científica.

OS IMPACTOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO OCIDENTAL DO PÓS-2ª GUERRA NA ABORDAGEM DO ESPAÇO RURAL

Para o entendimento das questões atuais que envolvem o espaço rural num ambiente cada vez mais transdisciplinar, faz-se necessário compreender como os novos papéis e funções definidos para os espaços produtivos afetaram as estruturas econômicas, o Estado nacional, a sociedade civil (através de suas instituições públicas e privadas), e a própria Ciência, a partir do pós-2ª Guerra Mundial.

Segundo David Harvey (1994), novos arranjos espaciais foram criados como reflexo do modelo de gestão econômica *Estado keynesiano / grandes capitais corporativos* implementado após 1945. Antigas dinâmicas espaciais definidoras das seculares relações entre campo e cidade foram modificadas para o deslanche da urbanização no planeta — característica da especialização funcional do espaço — o que acarretou o esvaziamento do campo e o aumento do poder nas/das cidades, ampliando, muitas vezes, as diferenças entre o rural e o urbano.

Esse modelo foi singularmente analisado por Landes (1993). Segundo o autor,

há uma forte importância, no período, do fator *planejamento estatal* (grifo meu) — se incluirmos nessa categoria todo o complexo institucional formador da previsão, informação, coordenação, estabelecimento de metas e direcionamento do desenvolvimento (...); quando faltavam recursos à iniciativa privada, o Estado tinha a seu dispor um montante substancial de verbas. (LANDES, 1993,p.550)

Sendo assim, a partir da necessidade de reconstrução da Europa no pós-guerra, os Estados nacionais mostraram-se fundamentais para a re-dinamização do capital privado, cabendo o desenvolvimento logístico dos espaços à ação e intervenção estatal. Essa estratégia possibilitava a instrumentalização e o controle espacial através de múltiplas redes que exerciam dupla função: ajudavam o capitalismo no seu processo de acumulação e, ao mesmo tempo, legitimavam a ação do Estado, a partir do seu planejamento setorial.

Esse modelo de gestão afetou áreas específicas (como as periferias dinâmicas) que, através de um planejamento voltado para a maximização dos recursos dos territórios, passaram a ser alvo de maciços investimentos públicos e privados. Essa situação intensificou as desigualdades es-

paciais com a delimitação, na esfera urbana, do controle da infra-estrutura e das tecnologias de produção — logística necessária para imprimir no espaço o modelo de desenvolvimento desejado. As cidades, como sinônimo do urbano-industrial, passaram a refletir um modelo social altamente conservador e fragmentado, tornando mais visíveis os conflitos inerentes às sociedades de classe (SANTOS, 1978). O espaço rural, refletindo a conjuntura espaço-tempo condicionada às demandas tecno-industriais de uma sociedade em plena urbanização, especializou-se produtivamente como reflexo da dinâmica modernizante do capitalismo financeiro.

Em relação aos estudos geográficos, as transformações foram evidentes. A Geografia Rural do pós-guerra era sinônimo da tradicional Geografia Regional francesa, marcada por uma produção acadêmica em que os temas agrários eram quase hegemônicos tanto na escola vidaliana como na racionalidade acadêmica alemã e na cultural norte-americana (GÁRCIA RAMÓN, 1992). Porém, a partir dos anos 1950, uma forte transformação metodológica passou a afetar a produção geográfica, seguindo uma tendência geral da Ciência no pós-guerra: a de voltar-se para a emergente sociedade urbano-industrial, em detrimento das tradições rurais de uma Europa secular.

Seguindo o modelo desenvolvimentista vigente que almejava uma efetiva modernização do campo, a produção acadêmica em torno do espaço rural referendou o seu papel como uma 'estrutura funcional básica e complementar' à do urbano. Dificilmente poderia-se desvincular tal associação devido à necessidade de aumento da produção/produtividade agrícola através de uma maior utilização de tecnologias, de terras, do trabalho e de recursos financeiros — tônicas do planejamento público e privado sobre as quais os geógrafos passaram a se debruçar. A pers-

pectiva de 'complementaridade' do rural ao urbano foi consolidada então pelas classes médias emergentes tanto nas periferias dinâmicas, quanto nos países europeus, EUA e no Japão, centros fundamentais do processo modernizador tecnológico.

As peripécias desenvolvidas pelos grandes capitais industriais privados e estatais estimulados pelo papel regulador dos Estados nacionais acabaram por atingir os centros dinâmicos de produção intelectual e tecnológica. Modelos matemáticos e estatísticos, análise fatorial, curvas, elipses, parábolas, entre tantos outros recursos teóricos e técnicos da Economia e da Estatística, foram utilizados nas mais variadas linhas de pesquisa do espaço rural, a fim de que se pudesse planejar e adequar, da melhor forma possível, a produção de matérias-primas do setor agrícola às dinâmicas agroindustriais que se consolidavam nos principais países do planeta.

A produção intelectual, fundamentalmente no campo da Macro- e Microeconomia (principalmente, na Inglaterra e nos EUA), desenvolveu teorias vinculadas à produção e produtividade agrícolas que possibilitaram novas formas de ampliação das margens de lucro dos setores secundário e terciário ligados às atividades do espaço rural. Assim sendo, estratégias técnico-produtivo-empresariais estabeleceram a racionalização do uso dos recursos existentes nesses espaços, além de estenderem para ele a infra-estrutura urbano-industrial com o objetivo de facilitar o escoamento da produção e de ampliar a circulação e distribuição de matérias-primas ou produtos semi-elaborados nos/ e para os mais variados mercados.

Para tanto, o espaço rural incorporou novas áreas, expandindo as fronteiras agrícolas em todo o mundo, o que resultou em vultosos investimentos de capital (material e humano) para a criação da infra-estrutura básica (estradas, obras de irrigação e drenagem, energia, serviços de uti-

lidade pública, serviços de comercialização...) e para a realização de importantes mudanças nas formas de ocupação (projetos de colonização, de reforma agrária...). Além disso, o Estado e as empresas intensificaram a produtividade dos cultivos, com o apoio fundamental do aparato técnico e científico-tecnológico das universidades, que ampliaram o uso de sementes e mudas selecionadas, de técnicas mais racionais para os cultivos e de fertilizantes e inseticidas, compondo investimentos vitais não somente nas propriedades rurais, mas também no setor de ensino, pesquisa, assistência técnica ao homem da terra, além do próprio setor industrial.

Esse momento de transformação das demandas socioeconômicas ocidentais gerou numerosas críticas à chamada Geografia Tradicional. Esta passou a ser acusada, dentre outras deficiências, de utilizar esquemas pouco teóricos meramente descritivos e classificatórios, além de abusar de metodologias pouco rigorosas, nos estudos rurais (GÁRCIA RAMÓN, 1992). Esse movimento, mais ideológico do que acadêmico, estimulou um ambiente contrário às tradições positivistas nos estudos rurais, acabando por impulsionar a *fase teórico-quantitativa* na Geografia, 'ciência, a partir de então, considerada, de fato, espacial' (CORRÊA, 1996).

A ênfase da produção acadêmica no Rural interessou à *Geografia Econômica* e a setores expressivos da chamada *Geografia Agrária* introdutora, na temática do espaço rural, de uma variada gama de abordagens sistêmicas e funcionais (vide a *curva de Gini* e o *modelo de Von Thünen*, entre outros), além de um 'vocabulário estranho' à pesquisa geográfica, reflexo da realidade mercantil vivenciada pelo campo, naquela fase da modernização.

Cabe aqui salientar que, para certos setores da chamada 'Geografia Humana', as técnicas estatísticas e quantitativas ligadas ao pensamento das 'Ciências Econô-

micas' e utilizadas por alguns geógrafos no planejamento rural, exacerbaram as fronteiras da interdisciplinaridade dos objetos geográficos, ao reduzirem a abordagem do espaço a 'cálculos para a planificação'. Segundo Roberto Lobato Corrêa (1996), o espaço passou a ser concebido de duas formas não-excludentes, naquele período: como *planície isotrópica* e como *representação matricial* ou *grafo*, o que gerou reações, muitas vezes exaltadas, dos chamados geógrafos críticos, corrente teórico-metodológica em evidência na Geografia dos anos 70, mais familiarizada, naquela época, com os jargões das Ciências Sociais, como a Antropologia e a Sociologia. Esses conflitos na abordagem do espaço favoreceram, na própria Geografia, o acirramento de uma briga epistemológica, ainda atual, em diversas unidades acadêmicas do planeta. O entendimento do espaço rural passou a ser necessariamente pautado no economicismo, caracterizando o campo como um ambiente de investigação voltado para a modernização produtiva. Segundo Araújo e Schuh (1975, p.92-93), esse entendimento se justificava por cinco razões fundamentais:

- a) a necessidade de prover alimentos para uma população crescente e de fornecer matérias primas para as novas indústrias;
- b) a necessidade de transferir mão-de-obra para os setores não agrícolas da economia;
- c) a possibilidade de acelerar o processo de formação de capital para o desenvolvimento econômico;
- d) a possibilidade de contribuir para o aumento da capacidade de importar;
- e) a necessidade de estimular o crescimento e a integração dos mercados internos para os produtos manufaturados.

Em outras palavras, a modernização do campo, sob a vertente mercantil dos estudos teórico-quantitativos na Geografia daquele momento, tornou o rural subser-

viente às necessidades urbano-industriais — limitação expressa, muitas vezes, nas mais variadas pesquisas em desenvolvimento em diversos Institutos de Geociências do planeta.

Apesar desse encaminhamento modernizante para o espaço rural, este passou a desempenhar, gradualmente, um papel bem mais ativo e determinante, nos anos de 1960 e 1970, do que o desempenhado nas políticas de planejamento das décadas anteriores. Com a formação e a consolidação do setor agroindustrial no campo, as dinâmicas associadas a esse espaço se diversificaram e se complexificaram, aumentando as demandas por pesquisas voltadas para uma gestão ‘mais moderna’ das atividades agrícolas, do beneficiamento das matérias-primas, da estocagem, do *marketing* e da comercialização dos produtos *in natura* ou transformados lá gerados.

Notadamente nas periferias ‘em desenvolvimento’, a modernização do campo foi atrelada à necessidade de consolidação da agroindustrialização nos espaços rurais, o que impulsionou, nas décadas seguintes, a formação e a consolidação do *Complexo Agro-Industrial*¹ em inúmeros países, definindo, com a intensa *industrialização da agricultura*², uma nova etapa na interdependência entre campo-cidade.

Nos anos 1970, apesar dos ares de renovação temática que a Geografia Rural recebeu, a relevância social dos estudos do campo passou a ser sobrevalorizada na academia (em detrimento dos efeitos espaciais da modernização), pela vertente *Radical* da Geografia — principalmente nas

periferias dinâmicas, onde se clarificava, a partir de então, um aumento das desigualdades sociais. O espaço rural nessas áreas passou a ser reconhecido pelos tão debatidos efeitos da *Modernização Conservadora* (tema amplamente discutido, analisado e criticado, pela academia brasileira, ao longo da década de 80), e as abordagens em torno do planejamento rural, a partir de então, passaram a necessitar, obrigatoriamente, de estudos que envolvessem ‘o homem do campo e a sua qualidade de vida’ para uma prática efetiva e real dos agentes de gestão dos territórios nesse espaço.

Temas como a Reforma Agrária, a reprodução da miséria no campo como reflexo da modernização desigual, a proletarianização dos trabalhadores rurais e sua dependência dos mecanismos de mercado, além dos impactos ambientais causados pela baixa tecnologia nas atividades produtivas primárias, a cooperativização e associativização da mão-de-obra do campo, a inserção da pequena produção no projeto modernizador do rural, a urbanização do campo e as estratificações sociais resultantes, entre outros estudos, tornaram-se constantes na análise espacial do Rural, no momento Radical da Geografia, gerando um entendimento multidisciplinar do campo.

Portanto, ao se identificar e avaliar o espaço rural nos últimos 50 anos, deve-se entendê-lo em dois períodos distintos. O primeiro, do pós-guerra ao início dos anos 70, correspondeu à época de expansão de um capitalismo ‘domesticado’, keynesiano; o segundo, pós- crise mundial

¹ São vastos, nas investigações do espaço agrário nacional, os estudos sobre o *Complexo Agro-industrial* (CAI) no Brasil. Pesquisadores como Geraldo Müller, Ricardo Abramovay, Guilherme Delgado, José Graziano da Silva, Manuel Correia de Andrade, George Martine, Odacir Coradini, Kageyama, entre tantos outros, trabalham, direta ou indiretamente, com a temática da formação e consolidação do CAI no Brasil, e as suas repercussões socioeconômicas no espaço nacional, tendo sido este tema um dos mais estudados pela comunidade científica que investiga o rural como um espaço social em transformação.

² Neste trabalho utiliza-se, como ponto de apoio, a definição de Graziano da Silva (1996) para o conceito de industrialização da agricultura. Para esse autor, “a *industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema de base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo a grande indústria em alguns sub-setores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito (plantio, tratos culturais, colheita, criação...)*”.(p.4)

do petróleo, contrapondo-se ao primeiro pelo desprendimento do capitalismo das amarras sociais que o impediam de operar por conta própria (HOBSBAWM, 1994). A desestruturação do antigo modelo de regulação estatal do planejamento espacial vem promovendo um aumento da instabilidade no campo, e a conseqüente crise econômica, política e institucional deverá ser superada pela redefinição de um novo modelo produtivo-regulador nesse tipo de espaço.

Segundo Furtado (1998), com a nova fase do capitalismo (global):

o tripé que sustentou o sistema de poder dos Estados nacionais está evidentemente abalado (...) em proveito das empresas que controlam as inovações tecnológicas. Já não existe o equilíbrio garantido no passado pela ação reguladora do poder público. (FURTADO, 1998, p.29)

Acrescenta ainda que, atualmente,

prevalece a tese de que o processo de globalização dos mercados há de se impor no mundo todo, independentemente da política que este ou aquele país venha a seguir. Trata-se de um imperativo tecnológico, semelhante ao que comandou o processo de industrialização que moldou a sociedade moderna nos dois últimos séculos (FURTADO, 1998, p. 26).

Assim sendo, as rápidas mudanças em curso estruturam uma nova ordem de sustentação da sociedade, baseada no seguinte tripé: *reconversão da regulamentação econômica/privatização dos setores estatais/descentralização do poder político*.

Seguindo a transformação da estrutura de regulação para a ação espacial, a Geografia vem buscando entender as novas demandas do Rural com a sua investigação. Acredita-se que um 'pluralismo transdisciplinar' deve ajudar a responder as múltiplas questões que vêm se apresentando concretamente no campo, atualmente. Como reflexo mais imediato dessa

pluralidade desejada nas investigações, *o rigor metodológico da análise espacial vem se associando a um maior nível de abstração dos objetos observados*, possibilitando a substituição do *tradicional planejamento do espaço rural pela sua gestão em territórios específicos*. Essa abordagem mais complexa amplia a participação de variados agentes científicos, econômicos, sociais e políticos numa prática de troca, de barganha, de confluência de idéias e de tensões que valorizam o processo político-estratégico nos territórios — projeto iniciado no Brasil, principalmente, com a sua entrada na chamada 'economia global'.

A necessidade de uma *pluridisciplinaridade* (GARCIA RÁMON, 1992) para a real compreensão do Rural na dimensão geográfica atual vem compondo uma agenda de pesquisas implementadas tanto pelos setores das administrações públicas (Federação, Estados e Municípios) voltadas para as micro-, meso- e macropolíticas, quanto pelos setores dinâmicos da economia (grandes e médias empresas à jusante e montante do setor agrícola, cooperativas, associações de produtores...) e centros de pesquisa e ensino superior e tecnológico, o que envolve perspectivas metodológicas pluralistas. Nessa conjuntura, o planejamento do rural vem perdendo a centralidade das decisões, na mesma intensidade em que as parcerias são amplificadas para uma gestão de territórios que impulsiona a transformação social do espaço rural.

ATUAIS TENDÊNCIAS E ABORDAGENS DO ESPAÇO RURAL

Como visto anteriormente, as linhas de abordagem do rural na Geografia, ao longo dos últimos 50 anos, criaram um ambiente de investigação voltado para uma multidisciplinaridade. Apesar do forte conteúdo mercantil e social da sua abordagem na investigação acadêmica, princi-

palmente a partir de meados do século passado, outras questões fundamentais vieram à tona nos estudos do campo, posteriormente, ampliando a necessidade de investigações multidisciplinares para a compreensão das complexas estruturas emergentes no campo mundial, principalmente nos últimos 40 anos.

Dentre as transformações mais expressivas da abordagem do campo, nas últimas décadas, figura o advento da Ecologia, nos anos de 1960, como expressão das relações Sociedade-Natureza. Dos projetos ambiental-preservacionistas dos 'ecodesenvolvimentistas' dos anos 60, até as tentativas de sistematização das práticas políticas, sociais, econômicas e ambientais pautadas na perspectiva de um pretenso 'Desenvolvimento Sustentável', a abordagem acadêmica surgida naquele período vem buscando estabelecer outros padrões de relacionamento entre os sistemas sociais e os ecossistemas da Terra, com o objetivo de estimular a autonomia de novos territórios (como as reservas de biodiversidade e recursos esgotáveis) e a organização política dos homens (através do cooperativismo e de organizações similares).

Esse caminho aumentou o papel dos diversos grupos sociais no estabelecimento dos pactos nos Estados nacionais, além de ampliar a expressividade de outras instâncias de poder 'além Estado'. Essas instâncias passaram a compor, juntamente com os tradicionais agentes de gestão/planejamento espacial, as pautas de discussão dos projetos de desenvolvimento implementados, no espaço rural, remontando a agenda de discussões sobre as necessidades sociais e as possibilidades espaciais dos campos.

Como reflexo direto da redefinição do papel político das sociedades na concretização de um novo entendimento da produção do espaço rural, emergiram as *Organizações Não-Governamentais* (ONGs) e os grupos comunitários volta-

dos para a proteção da causa ecológica. O espaço rural, como detentor de uma quantidade significativa de recursos, passaria a estar, invariavelmente, envolvido nas discussões e práticas político-sociais de variados agentes de gestão de territórios, devido à necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais como o solo, a água potável e a fauna/flora, fundamentais para o equilíbrio do ecossistema global. Neste contexto, pesquisas sobre a relação entre Agricultura e Meio Ambiente ou os impactos industriais no Meio Ambiente passaram a ser realizadas com 'maior urgência' e divulgadas pela literatura acadêmica ou por textos científicos/jornalísticos, em grande escala, por grupos e instituições interessados em preservar os espaços afetados pelo uso, muitas vezes predatório, dos inúmeros componentes ligados à cadeia produtiva do Complexo Agroindustrial (CAI). Cabe destacar que, segundo os ecologistas, o CAI é uma cadeia produtiva composta por setores altamente poluentes.

Os expressivos problemas ambientais gerados pela intensa industrialização, no campo e nas cidades, impactaram a comunidade científica internacional e o mercado consumidor das áreas mais politizadas do planeta, passando a afetar os projetos de modernização dos espaços produtivos em escala mundial. As esferas administrativa e gerencial do Estado e do setor privado, a partir de uma forte pressão social, passaram a direcionar os seus projetos para a eficiência no uso de materiais, na conservação de energia, na redução da poluição e no controle total da qualidade (VIO-LA, 1987). Tal redirecionamento afetou as atividades produtivas no espaço rural impulsionando a formação de uma agricultura orgânica, por exemplo, montada para atender às demandas de um potencial mercado consumidor *verde* fortemente baseado em centros urbanos dinâmicos dos países centrais. Com um grande poder eleito-

ral para a formação das bancadas legislativas de seus países, esses grupos *verdes*, consolidados no seio de uma classe média capitalizada e formadora de opinião no Velho Mundo, principalmente, passaram a demandar produtos de qualidade, não poluentes (*Grüner Punkt*), à jusante e à montante do processo produtivo, biodegradáveis e recicláveis. Finalmente, atingiu o poder regulador das instituições e agências de abrangência supranacional, em que tratados internacionais voltados à equalização dos problemas ambientais passaram a ser assinados por cada vez mais países (como o Protocolo de Montreal em 1972, por exemplo).

No território brasileiro, as mudanças de mentalidade em torno do espaço rural acabaram deslocando, nos anos 1990, o eixo temático ambiental para o centro das preocupações geopolíticas. As instituições oficiais nacionais despertaram para a importância do Meio Ambiente, na cidade e no campo, devido ao valor estratégico dos recursos naturais (além dos humanos e tecnológicos) para a consolidação da soberania nacional. Essa postura consolidou, a partir de uma gestão consciente do que é ou não renovável, a importância geopolítica do campo brasileiro perante a comunidade internacional, devido à concentração, nos espaços rurais brasileiros, de 'recursos da natureza' em abundância, o que direcionou a intervenção do Estado nacional na formação e proteção das reservas biológicas, ecológicas e dos corredores de preservação da biodiversidade, no campo e cidades do país.

Uma análise do Rural no espaço brasileiro não pode ser prescindida da forte administração pública que o acompanhou, ao longo do século XX, apesar das mudanças de foco e objetos de análise do e sobre o campo. Para exemplificar essa presença, destaca-se aqui a relação do setor agrícola nacional (fragmento do Rural 'mais interessante' para os projetos de desenvolvi-

mento, até hoje, implementados no Brasil) com o Estado autoritário, entre 1964 e 1985. A injeção de grandes volumes de subsídios nesse setor, através do crédito rural, foi articulada pelos desideratos de um Estado nacional federativo que tinha (e ainda tem) no campo, a esperança de manter saudáveis as contas internas do país. Para tanto, o forte poder interventor dessa fase do Estado nacional, obrigou o setor financeiro nacional (bancos privados e públicos) a repassar recursos oriundos do orçamento fiscal ou dos empréstimos contraídos no exterior (como também das parcelas dos depósitos à vista realizados pelo público nos bancos comerciais privados e no Banco do Brasil) para os agricultores, seguindo as normas definidas na implantação do *Serviço Nacional de Crédito Rural* (SNCR), em 1965 (DIAS e AMARAL, 1999).

A partir da 2ª metade da década de 1980, porém, as medidas econômicas liberalizantes adotadas por um Estado brasileiro em redemocratização reestruturaram, efetivamente, o planejamento do espaço rural do país. Com o fim do 'regime de exceção' e o aumento da crise da economia nacional durante o período, o país passou a negociar o apoio dos organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O corte drástico nos gastos públicos, assim como as políticas monetárias restritivas que afetaram o crédito no setor privado, reduziram a intervenção estatal na economia impactando fortemente o setor agrícola nacional. O recessivo ajuste macroeconômico reduziu, de modo acentuado, os créditos subsidiados na agricultura oriundos das fontes oficiais (DIAS e AMARAL, 1999).

Durante os primeiros anos da década de 90, principalmente devido aos planos econômicos Collor I e II, a abertura da economia brasileira ao processo de globalização tomou forma com a restrição às importa-

ções, a redução das tarifas alfandegárias e o desmantelamento dos órgãos e monopólios estatais na comercialização dos produtos, definindo uma nova etapa para o espaço rural. Empresas rurais de expressivo porte, assim como agroindústrias consolidadas durante décadas em vastos territórios, passaram a ter que buscar novas formas para se manterem saudáveis numa economia que se liberalizava e retirava, dos grandes investidores, fatias expressivas de recursos públicos a juros baixos. Práticas gerenciais mais modernas e os novos investimentos tecnológicos passaram a ser exigidos em empresas acostumadas com as facilidades creditícias de um sistema financeiro 'benevolente', e as parcerias nas decisões de gestão indicavam a descentralização da organização dos setores produtivos do campo (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Juntamente a essas tendências, o Estado brasileiro buscou concretizar o seu projeto geopolítico nacional, desencadeando profundas transformações em sua base produtivo-organizacional, ao redirecionar o planejamento dos recursos alocados no campo. Isso foi possível devido à maturidade política das instituições políticas do país com a reformulação da Constituição Federal de 1988 e o retorno do Estado de direito, após as eleições democráticas para presidente da República em 1989, abrindo canais de inserção de outros agentes na gestão do território nacional.

Sendo assim, o objeto central na regulação estatal do rural para o planejamento passou a ser o controle da biodiversidade, dos recursos ambientais e energéticos de ponta, entre outros, alocados no campo, substituindo os importantes *commodities* voltados para a exportação e os produtos agropecuários brasileiros, componentes estratégicos do poderoso Complexo Agroindustrial baseado no território nacional, entre os anos 60 e 80.

O fato é que a nova estruturação do Bra-

sil perante a chamada Nova Ordem engendrou a mundialização de suas relações econômicas, financeiras, políticas e sociais afetando, diretamente, além dos seus 'objetos de valor estratégico', o seu antigo planejamento centralizado e a sua capacidade de expansão, resultante tanto do modelo fordista dominante no período, quanto do momento político autoritário que regulou as instituições sócio-políticas do país durante quase três décadas.

No contexto acima delineado, a dimensão espacial do Rural deve ser repensada, a partir das novas configurações sociais, produtivas e tecnológicas do mundo contemporâneo. A diversidade e a intensidade das relações *espaço rural - espaço urbano - atividades produtivas* estabelecem um novo caráter para o espaço geográfico na sociedade global, já que as imbricações intersetoriais definidas por redes, ao mesmo tempo em que complexificam também enriquecem os estudos acadêmicos atuais sobre o rural, sua estrutura social, política e econômica (GALVÃO, 1996).

Com esta preocupação sempre em mente, o pesquisador do espaço rural no Brasil, seja ele geógrafo ou não, precisa considerar um primeiro ponto de abordagem no contexto investigativo atual: o *caráter humano* das suas atividades nas áreas periféricas emergentes (e o Brasil é uma referência importante). Os investigadores científicos e técnicos do Rural no Brasil devem buscar alternativas viáveis que contemplem, sociopolítica e economicamente, um dos grupamentos de trabalhadores (cerca de 23% da PEA do país, hoje) historicamente excluídos dos modelos oficiais de modernização: os agricultores e pecuaristas familiares.

Como um segundo ponto nevrálgico de discussão sobre o Rural de hoje, destaca-se como as atividades produtivas tradicionais vêm sendo desenvolvidas. A importância do *Agribusiness*, por exemplo, no conjunto total dos negócios do Brasil — com a ampli-

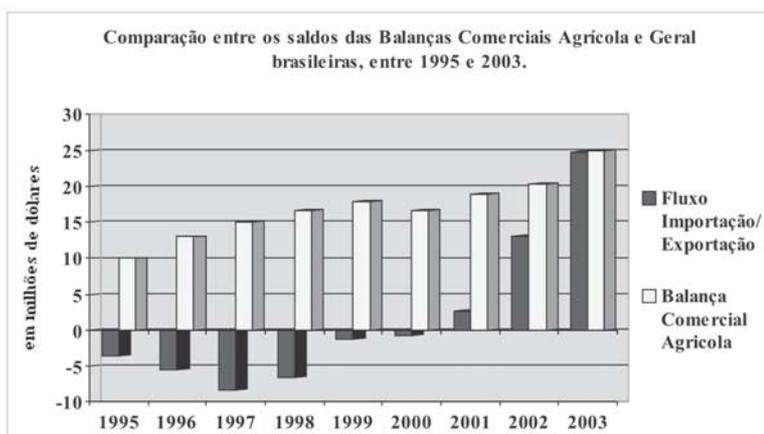
ação dos seus eixos de comercialização internacional e regional, como o advento do Mercosul — deve ampliar a discussão em torno das diretrizes sócio-institucionais-produtivas para o rural brasileiro, numa nova ordem competitiva.

Segundo a *Associação Brasileira de Agribusiness (Abag)*, os agronegócios no Brasil corresponderam a 41,1% do PIB e a 39% do total das exportações do país, em 2001 criando um ambiente propício para a valorização, por parte dos formadores de opinião, do espaço rural na sobrevivência e sustentação das atividades primárias no país. Esse fato pode ser comprovado, no gráfico 1, através do desempenho das exportações brasileiras que impede *déficits* maiores comprometedores da credibilidade e sustentabilidade internacional da economia nacional.

Mais do que a manutenção do seu *status quo* histórico, o espaço rural no Brasil reflete a própria demanda de uma sociedade que se moderniza tecnológica e infra-estruturalmente, absorvendo outros papéis econômicos resultantes de um novo patamar nas relações entre campo e cidade. Além de fundamental no contexto da produção da riqueza nacional e mantendo ainda, de forma singular e significativa, o seu tradicional papel no fornecimento de matérias-primas para as indústrias, *o espaço rural consolida-se como o espaço das novas contingências sócio-econômico-políticas de um mundo global*. Importantes estudos técnicos e científicos³ implementados, desde o início da década passada, confirmam a refuncionalização do Rural através das relações Estado, Empresas e Sociedade.

Ao manter viva a rede circular do capi-

GRÁFICO 1



Fonte: SECEX, 2005.

talismo, o espaço rural é um enorme captador de capitais dos espaços urbanos (que necessitam do mercado consumidor rural para manter o seu dinamismo industrial em setores produtivos ‘da e para a agricultura’), e, cada vez mais, de mão-de-obra qualificada das cidades, o que evidencia a ampliação tecnológica do campo, onde os postos de trabalho transportam para o rural inovações e tecnologias impostas pela modernização em andamento. Porém, não só nos setores *industrial* e *tecnológico* as relações ‘campo-cidade’ se complexificam, mas também em setores como:

- financeiro, através das ainda existentes linhas de crédito bancário, implementadas pelo sistema financeiro público e privado urbano para as mais variadas atividades existentes no campo;
- imobiliário, pela valorização urbana do espaço rural, com a implementação de infra-estruturas variadas (Observe-se que a eletrificação rural, em muitos casos, nas proximidades dos grandes aglomerados metropolitanos, vem sendo uma “faca de dois gumes”, pois vem ampliando o valor

³ Destacam-se, para esta análise, os trabalhos de Müller (1989, 1990, 1997); Galvão (1990 e 1996); Egler (1989 e 1990) e Coutinho e Ferraz (1994).

de especulação urbana de um solo que deveria ser voltado para as atividades agropecuárias);

- fundiário, pela desvalorização mercantil das terras agrícolas, que vem criando um fluxo migratório de população urbana para a ocupação de propriedades rurais, orquestrado, muitas vezes, pelo Movimento dos Sem-Terra/MST; e

- comercial, a partir da expansão dos estabelecimentos comerciais situados nos entornos urbanos das regiões agrícolas, que incorporam inovações produtivas que diversificam as relações sociais, políticas e econômicas do rural com outros espaços e em variadas escalas.

Altamente dinâmico em sua forma e função, o espaço rural apresenta, também, conexões relevantes e nem sempre mercantis, com outras esferas do mundo social. Sua representatividade não está ligada somente à visão setorial da economia formal, mas também, e de forma cada vez mais significativa, com o setor de serviços voltados para *possibilidades culturais e turísticas* de um tipo específico de mercado interessado em outras formas de consumo.

A diversificação do papel funcional do rural transforma-o num espaço *educacional e de lazer* que atrai populações de outros espaços para a divulgação da história e do conhecimento inerentes ao ‘interior. Esse terceiro ponto de abordagem do Rural pode ser proporcionado pela expansão do chamado *ecoturismo* ou *turismo ecológico* em fazendas históricas (‘rugosidades’ no campo) e ‘modernas’ (voltadas para o *agribusiness* ou para formas alternativas de produção e consumo, como, por exemplo, as fazendas piscicultoras — tipo ‘pesque e pague’ da truticultura fluminense), em áreas agrícolas dinâmicas ou de conservação/preservação ambiental (como as reservas ecológicas), e áreas de forte apelo turístico (ma-

nanciais de águas termais, regiões de clima ameno ‘de montanha’, áreas de caça e pesca...) — o que pode, inclusive, estimular os investimentos hoteleiros como as chácaras, pousadas e os sítios que geram, com certeza, empregos diretos e indiretos para as populações locais.

Um quarto ponto que deve — e precisa — detonar variados estudos multidisciplinares voltados para o espaço rural no contexto das novas necessidades de uma sociedade em transformação, refere-se à *necessidade de renovação das estruturas político-institucionais que regem as práticas de gestão nesses espaços*. Entre as estruturas mais significativas no campo brasileiro encontram-se as *tradicionais cooperativas de produção* e as *associações de produtores rurais*, instrumentos históricos na construção do social, político e econômico das sociedades modernas, porém pouco analisados no ambiente acadêmico da região sudeste do Brasil.

Sendo verdadeiros *sindicatos rurais* (FLEURY, 2000), as cooperativas, por exemplo, estão entre as instituições econômico-administrativas mais importantes dos espaços rurais do mundo periférico, face ao abandono institucional que essas áreas sofreram ao longo do processo modernizador desigual (CORADINI, 1982). Investidas de representatividade político-econômica, essas estruturas precisam repensar as suas práticas nos territórios para que possam torná-los *autônomos* (CASTORIADIS, 1989) e *horizontais* (SANTOS, 1993).

Apesar do quadro sombrio que se apresenta para a manutenção desses instrumentos de gestão do território — que, segundo os dados levantados há mais de uma década pelos *Estudos de Competitividade da Indústria Brasileira*, de Coutinho e Ferraz (1994), necessitam, com urgência, de uma rápida profissionalização dos seus quadros gerenciais, principalmente no que diz respeito à sua estrutura jurídica, à na-

tureza de sua diretoria e às suas relações com o Estado — a dinâmica cooperativista parece despertar, historicamente, o envolvimento de grupos sociais interessados em transformar as estruturas político-produtivas de espaços desiguais. Entre eles destacam-se os espaços rurais, que necessitam se *autonomizar*⁴ *politicamente, através de instrumentos institucionalmente fortes e representativos das dinâmicas socioeconômicas dos ‘espaços vividos’*⁵ frente ao quadro crescente de exploração dos recursos e da exclusão social em áreas ‘pouco soberanas’. Essa submissão só estimula a subordinação político-institucional, o baixo poder de decisão e a exploração das riquezas dos territórios no campo por agentes exógenos ao *lugar*. O tema *cooperativismo*, portanto, no contexto do espaço rural e da multidisciplinaridade, torna-se primordial para uma discussão profícua em torno de um modelo participativo, democrático e transformador de gestão espacial.

O espaço rural, finalmente, *‘não é o mesmo de ontem e não será o mesmo de amanhã’* (GALVÃO, 1996), e a sua transformação constante através de um planejamento multidisciplinar, consciente, democrático e autônomo deve ser estimulado para um real entendimento de suas facetas enquanto espaço da humanidade, da biodiversidade, da economia, do trabalho, da política, do direito, da qualidade de vida, do lazer, da cultura, enfim, da própria vida, que se multiplica e se estende espacialmente e se expressa em toda a sua complexidade no cotidiano da sociedade desse início de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, P. F.; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da Agricultura - Natureza do Processo e Modelos Dualistas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

Associação Brasileira de Agribusiness. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/>>. Acesso: 14 de maio de 2005.

CASTORIADIS, C. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. **Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTORIADIS, C.. Pouvoir, politique, autonomie. **Le monde morcelé. Les carrefours du labyrinthe IV**. Paris, Seuil, 1990.

CORADINI, O. Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e da soja. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

CORRÊA, R.L. Gestão do Território - Reflexões iniciais. **Cadernos LAGET**. n. 1, 1988. p. 1-15.

CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito-chave na Geografia. CASTRO, I. E. et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. v.1. p. 15-47.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (orgs). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. São Paulo: UNICAMP/Papirus, 1994.

DIAS, G. L.; AMARAL, C. Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira, 1980-1998. Baumann R. (org.) **Brasil, Uma Década em Transição**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

DIEGUES, A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

EGLER, C. A. Gestão do Território e Questão Agrária. **Cadernos LAGET**. n. 2, 1989. p. 23-45.

EGLER, C. A. “Mesa Redonda do X Encontro Na-

⁴ Para um *projeto de autonomia para espaço rural* considera-se, neste trabalho, a base conceitual de Cornelius CASTORIADIS. Esse estudioso relaciona a construção de uma sociedade democrática e livre (nos mais diferentes espaços), à necessidade de construção de *“uma sociedade livre onde o poder se exerce pela coletividade, por uma coletividade da qual todos efetivamente participam (politicamente) na igualdade. E esta igualdade de participação efetiva, como fim a atingir, não deve permanecer uma regra puramente formal; deve ser assegurada, tanto quanto possível, por instituições efetivamente livres”* (CASTORIADIS, 1983, p.16).

⁵ Analisando a perspectiva humanista nos estudos geográficos, GOMES (1996) entende o **espaço vivido** como *‘um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço, mas também vivido pelo geógrafo que, para interpretar, precisa penetrar completamente este ambiente’* (p.319).

- cional de Geografia Agrária”. In: X ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 10^o. Teresópolis (RJ): Anais. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1990. p. 35-48.
- EGLER, C. A. A “Extraterritorialidade como Instrumento de Política Econômica”. In: WORKSHOP DE GEOCIÊNCIAS. 1^o. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 18-27.
- FLEURY, M.T. , FLEURY, A. **Desenvolvimento de competências em diferentes ambientes empresariais**. Florianópolis: Enanpad, 2000.
- FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.
- GALVÃO, M. C. C. “Espaços de Gestão diversificada”. In: X ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 10^o. Teresópolis (RJ): Anais. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1990. p. 46-59.
- GALVÃO, M.C. C. As múltiplas facetas do espaço agrário no Brasil. In: O ENSINO DE GEOGRAFIA DE 1^o E 2^o GRAUS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS. 1^o. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1996. p. 101-116.
- GÁRCIA RAMÓN, M^a D. Desarrollo y tendencias actuales de la geografía rural (1980-1990). Una perspectiva internacional y una agenda para el futuro. In: COLOQUIO DE GEOGRAFÍA RURAL. VI. Madrid. Ponencias. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1992. p. 72-98.
- GOMES, P.C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOBSBAWN, E. **A Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- LANDES, S. L. **Prometeu Desacorrentado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORIN, E. **La complexité humaine**, Flammarion, Paris, 1994.
- MÜLLER, G. A Agricultura e a Industrialização do campo do Brasil. **Cadernos**, n. 12, ago. 1982. p. 26-33.
- MÜLLER, G. O “Agrário no Complexo Agroindustrial”. In: X ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 10^o. Teresópolis (RJ): Anais. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1990. p. 28-45.
- MÜLLER, G. “Mesa Redonda do X Encontro Nacional de Geografia Agrária”. In: X ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 10^o. Teresópolis (RJ): Anais. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1990.
- MÜLLER, G. “A Gestão Estratégica dos Territórios.” In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. 1997. Anais. Rio de Janeiro, 1997. p. 44-67. RUA, J. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. MARAFON, Gláucio; RIBEIRO, Marta (Orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002. v.1. p. 27-42.
- RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. Revista eletrônica Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**. v. 1, n. 1, fev. 2006. p. 82-106.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1978.
- SANTOS, M. O retorno do território. **O Novo Mapa do Mundo: Fim do Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- Secretaria de Comércio Exterior**. Endereço eletrônico <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secec/secec/>>. Acesso: 01 de fevereiro de 2005.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, I E. et alii. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 140-164.
- SOUZA, M. L. A Teorização sobre o Desenvolvimento em uma Época de Fadiga Teórica, ou: Sobre a Necessidade de uma ‘Teoria Aberta’ do Desenvolvimento SocioEspacial. **Revista Território**, n. 1, jul/dez, 1996. p. 5-22.
- SOUZA, M. L. Algumas Notas sobre a Importância do espaço para o Desenvolvimento Social. **Revista Território**, n. 3, jul/dez., 1997. p. 13-35.
- SOUZA, M. L. Planejamento e gestão urbanos em uma era de medo. **Revista Rio de Janeiro**. v. 2. 2005. p. 55-74. VIOLA, E. O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v 3, n. 1, jul/dez, 1987. p. 70-85.

(Recebido em 09/04/2007 e aceito para publicação em 20/06/2007)